

Turismo de massa e produção de ambientes de natureza degradada

Cecília Pescatore ALVES
José Rogério LOPES (coords.)
Universidade de Taubaté
São Paulo - Brasil.
Vanessa Louise BATISTA
Francine Maia FRANÇA
Leandro Roberto NEVES
Universidade de Taubaté
São Paulo - Brasil.

RESUMO

O presente estudo é um recorte da pesquisa "Políticas sociais e o enfrentamento do reordenamento institucional e público em regiões de desenvolvimento da sociedade brasileira", realizada na região do Cone Leste do Estado de São Paulo, Brasil, por pesquisadores da Universidade de Taubaté. A região possui centros de turismo de verão nas cidades do Litoral Norte do estado (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela) e centros de turismo de inverno nas cidades localizadas na Serra da Mantiqueira, sobretudo a cidade de Campos do Jordão. Caracterizados como áreas que abrigavam reservas da Mata Atlântica – mata primária, da época do descobrimento - estes centros passaram por uma recente explosão turística, de classes média e alta, nos últimos 30 anos, que causaram um extraordinário crescimento da especulação imobiliária e de atração de migrantes de outras regiões empobrecidas do país, criando problemas de preservação ambiental e bolsões de pobreza, que descaracterizaram a paisagem natural dessas cidades. Este trabalho pretende expor, através de fotografias e textos, uma análise do impacto ambiental causado por esse processo, assim como dos problemas sociais criados nos contextos urbanos, como a favelização, a proliferação de áreas de risco e de ocupações populacionais clandestinas em áreas de proteção ambiental. Para esta análise, utilizamos entrevistas com moradores de áreas de risco e de favelização, documentos, relatórios de pesquisas anteriores, trabalhos científicos e dados coletados no SEADE e IBGE. Procurou-se fundamentar os relatos

coletados e os dados obtidos, inserindo referências de análises de outros autores sobre a problemática local, relacionando-a ao contexto nacional.

Introdução

O presente estudo objetiva analisar os impactos ambiental, social e cultural causados pelo processo de exploração do turismo na região do Vale do Paraíba, localizado no Cone Leste do estado de São Paulo, Brasil, mais precisamente em duas cidades da região: Campos do Jordão e Ubatuba. Estas cidades divergem nos aspectos climáticos e paisagísticos, assim como nos processos socioculturais, contudo se assemelham por abrigarem áreas de preservação ambiental (Reservas da Mata Atlântica e Parques Estaduais) e apresentarem grande desigualdade social.

Para tanto, utiliza-se depoimentos dos moradores de áreas de risco e de favelização, documentos, relatórios de pesquisas anteriores, trabalhos científicos, dados coletados no SEADE (Serviço Estadual de Análise de Dados Estatísticos, SP) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Procurou-se fundamentar os relatos coletados e os dados obtidos, em uma interlocução com autores que estudam a problemática local, relacionando-a ao contexto nacional.

As duas cidades são reconhecidas como estâncias, sendo Campos climática e Ubatuba balneária, e subsistem da exploração do "turismo de temporada". Ambas iniciaram sua economia com base no extrativismo vegetal, na criação de rebanhos e na produção artesanal.

A explosão turística ocorrida nestas cidades, nas últimas décadas, desencadeou processos de especulação imobiliária e de crescimento populacional – com a vinda de migrantes de regiões mais empobrecidas em busca de trabalho e melhores condições de vida – contribuindo assim para a degradação e descaracterização da paisagem natural destas cidades. A exemplo disto, em Campos do Jordão, para adequar a paisagem à imagem européia que se vende da cidade, foram importadas algumas espécies exógenas de árvores (sobretudo o *Platanus*).

Estas transformações não foram as únicas, pois

concomitantemente ocorreram conseqüências sociais como o surgimento de bolsões de pobreza, de favelas ocupando áreas de preservação ambiental e de risco, enchentes e escorregamentos de encostas. Decorrentes da inexistência de um planejamento urbano e de políticas públicas assistencialistas e emergenciais, o poder local se voltou à ascensão da indústria turística, empreendendo práticas que a complementam, alicerçadas na ideologia do capital.

Estas práticas nos remetem à necessidade de compreender, mesmo que sucintamente, o processo histórico ocorrido nas duas cidades, de forma a analisá-lo na sua abrangência. Como afirma Hayward:

"o local não deve ser estudado em si e por si - Ele só toma significação em relação e em interação com outro fenômeno principalmente com o nacional, mas também com o internacional, num jogo complicado pela diversidade do local" (apud Ramos, 1997).

Resumo histórico das cidades estudadas

O povoamento do Vale do Paraíba tem início no século XVI, com a influência de três fatores: a política metropolitana de promover a ocupação de jazidas minerais, o aprisionamento de indígenas e a ligação com o litoral norte da província. As cidades de Campos do Jordão e Ubatuba também seguiram esta lógica. O primeiro fator orientou a colonização e o povoamento de Campos do Jordão e os outros dois desencadearam a ocupação de Ubatuba.

Para explicitarmos como ocorreu o povoamento destas cidades faremos um breve histórico de cada uma delas.

Campos do Jordão

Campos do Jordão é uma cidade localizada na Serra da Mantiqueira, que margeia o Vale do Paraíba, no cone

leste do estado de São Paulo. Tem divisa com Minas Gerais, estado produtor de minérios como ouro, prata, alumínio e pedras semipreciosas. Devido a esta proximidade, em 1703 o sertanista Gaspar Vaz da Cunha abriu trilhas no local, onde hoje é Campos do Jordão, em busca da exploração mineral.

Em 1771, a família de Ignácio Caetano Vieira de Carvalho ocupou esta área, criando uma fazenda denominada "Bom Sucesso", que ficou conhecida como "Campos do Ignácio". No ano de 1823, devido a dificuldades financeiras a fazenda foi hipotecada ao brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão. E com o passar do tempo o local passou a ser chamado "Campos do Jordão".

Por volta de 1827, com a morte do Brigadeiro Jordão, Matheus da Costa Pinto ficou com uma área à beira do rio Imbirí, instalando: uma escola; uma capela; uma "vendinha"; uma pensão para pessoas que sofriam de problemas respiratórios e uma pousada para forasteiros. Assim essas instalações promoveram a primeira colonização do lugar. Matheus ficou sendo considerado o fundador da cidade de Campos do Jordão.

No fim do século XIX, o povoamento cresceu e se transformou em Vila Velha. Nesta época os moradores já haviam descoberto que as condições climáticas eram favoráveis à recuperação de indivíduos infectados pela pneumonia e tuberculose, surgindo posteriormente a preocupação de criar sanatórios e meios de acesso mais fáceis para os doentes que vinham se tratar na Vila.

Os sanatórios receberam, periodicamente, um grande contingente de enfermos pobres, que tinham suas famílias assentadas próximos aos mesmos, criando os primeiros núcleos de pobreza na cidade. Parte da cidade foi destinada à zona sanatorial para atendimento dos enfermos e parte foi preservada para ser ocupada futuramente, através de uma política de doação de terras, implantada pelo governo local.

Em meados da primeira década deste século e no decorrer da segunda foram inauguradas os centros que se tornaram os atuais centros turístico e comercial.

A área que hoje se instala como pólo turístico da cidade seria destinada a uma Vila Sanitária, um projeto que não prosperou, cedendo espaço para a Companhia de Melhoramentos Capivari, a qual foi responsável pela Vila Capivari.

Neste tempo, na localidade da Vila Abernêssia, fundada pelo escocês Robert Jonh Reid, a "Chácara Natal" recebeu o nome de Chácara Abernêssia, devido à naturalidade da família proprietária (somando fragmentos dos nomes das cidades de Aberdeen e Inverness e do país Escócia) e posteriormente o caráter de Vila.

Em 1914 começou a construção de uma ferrovia entre Campos do Jordão e a cidade de Pindamonhangaba, localizada na parte baixa do Vale do Paraíba, se estendendo até 1928 em um total de 39km de extensão, sendo 35km externos e 4km internos. Até a zona sanatorial, a construção da estrada de ferro durou quatro anos, mas a extensão interna levou uma década para ser concluída.

Segundo Oliveira,

"Junto à estrada de ferro também se assentaram os hairros populares, em especial Abernêssia, delimitando-se com a região da entrada da cidade e com a Vila Velha, atual Vila Jaguaribe. É interessante anotar o processo de formação de Abernêssia, a então chamada Vila Nova. De início, o seu proprietário recebeu as terras devido aos trabalhos de agrimensura necessários aos atos de regularização das terras em Campos do Jordão; obtendo-as como parte do pagamento de uns dos interessados na ação judicial. A estratégia de valorização e ocupação da área apoiou-se, tanto na estrada férrea, como na demanda existente, como também nos procedimentos de seu proprietário, engenheiro Reid...

"para que a cidade progredisse doou diversos lotes àqueles que, dentro de seis meses, iniciassem a sua construção..."

Obviamente, pode haver o desejo de pioneirismo, de construtor da cidade, desejo de reconhecimento da cidade, mas estas

doações em últimas instâncias sempre tenderam a definir um certo progresso urbano associado a dividendos financeiros. Este feito fica evidente na política de doações de terras, sempre exigindo prazos para a construção de edificações, e especificando as áreas, como no caso das doações aos sanatórios sempre restritos à área de entrada da cidade, delimitando uma zona específica dos doentes e, conseqüentemente, resguardando as zonas de veraneio à promoção imobiliária" (1991:35).

As zonas sanatoriais perderam seu valor comercial e posteriormente foram ocupadas pela população de baixa renda. Formam-se, então, casebres de palha e pensões precárias em vários locais da vila, configurando o surgimento de uma área periférica e de bolsões de pobreza (denunciados em 1927 pelo Coronel Barcellos, médico sanitário), salientando a necessidade de remover os primeiros indícios de favelas na estância, que vem a ocorrer em 1937.

Em 16 de junho de 1934 a Vila de Jordão, até então vinculada ao município de São Bento do Sapucaí, foi desmembrada daquela cidade e, em 30 de novembro de 1944, foi criada a comarca de Campos de Jordão.

Com o avanço da medicina e a descoberta da penicilina, vários sanatórios são desativados. Esta situação leva à descoberta do potencial turístico em Campos do Jordão, iniciando um processo de caracterização arquitetônica e paisagística da cidade para a nova atividade econômica, ou seja, a exploração do turismo, preservando e criando espaços turísticos, como: Horto Florestal (1941), Teleférico (1970) e a Rodovia SP-123 (1978), que liga Campos do Jordão ao Vale do Paraíba, finalizando na Rodovia Presidente Dutra, com entrocamento à Rodovia Carvalho Pinto, que unem os dois maiores centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir da década de 40, fecha-se o ciclo de migração de indivíduos enfermos e suas famílias para a cidade, abrindo uma nova dinâmica de povoamento que consistia em: a) migração de fugitivos da Segunda Guerra Mundial (alemães, italianos, japoneses); b) êxodo rural; c) migração de pessoas vindas do Norte e Nordeste, atraídas pela construção civil e setores de serviços.

No que tange ao aquecimento da construção civil e setores de serviços (hoteleria, restaurantes, lojas etc.), estes atraíram vários migrantes que, convencidos da melhor qualidade de vida na cidade, traziam suas famílias e parentes e construíam barracos em áreas de preservação, em função da especulação imobiliária.

Este modelo de habitação era subjugado à fiscalização municipal e concebido como irregular. A estratégia da população, então, era construir suas moradias no período noturno, burlando os fiscais e evitando a desapropriação, visto que as famílias já estavam assentadas.

Ubatuba

O município de Ubatuba está localizado no Litoral Norte do estado de São Paulo, distante da capital 262km. Com 748km² de área geográfica, tem 80% de seu território inserido no Parque da Estadual da Serra do Mar, em áreas tombadas como patrimônio histórico ou em áreas consideradas impróprias para a construção de moradias (encostas de morro ou propícias a alagamento), restando apenas 20% de área urbana e administração municipal.

A topografia do município é acidentada com montanhas, elevações e solo com sedimentação rochosa, e o clima tropical úmido é responsável por chuvas contínuas, provocando calamidades como enchentes e deslizamentos de encostas.

Conforme dados coletados na COMTUR (Companhia Municipal de Turismo) e no Plano Diretor do Município, os primeiros habitantes de Ubatuba foram os indígenas Tupinambás. No século XVI, os portugueses ocuparam o litoral do Brasil, visando a exploração de matérias primas e gêneros tropicais, mantendo relações de escambo com os tupiniquins e procurando escravizá-los. Este fato ocasionou a Revolta dos Tamoios, na qual os indígenas passaram a enfrentar os portugueses, porém o povo indígena foi forçado a abandonar as suas terras, abrindo espaço para a colonização portuguesa.

Em meados do século XVI, Ubatuba passou a ser considerada Vila. O povoamento se desenvolveu através de uma economia camponesa, juntamente com

a pesca. No século XIX, a região começou a crescer em função das fazendas e da exportação do café. A renda *per capita* do município, de alto nível, atraía cada vez mais os estrangeiros europeus para a região. Nessa época, para atrair a instalação de estrangeiros na região, o governo colonial oferecia glebas de terra como incentivo.

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, o rei D. João abriu os portos brasileiros ao comércio estrangeiro, beneficiando diretamente o porto de Ubatuba, o qual passou a ser o principal porto no Litoral Norte da província, devido a sua ligação com o Vale do Paraíba, via Taubaté. Neste período foram construídos grandes sobrados que ostentavam os fartos recursos dos comerciantes da região. Atualmente, resta apenas o casarão do porto, que era antiga residência e armazém de um dos barões do café e hoje é sede da FUNDART – Fundação de arte e cultura. Os outros casarões foram demolidos e substituídos por edificações modernas.

No século XX, a economia local entrou em crise, devido à construção de ferrovias que facilitavam o acesso do Litoral Sul à Capital, pela decretação de que todas as embarcações deveriam se dirigir a Santos, não mais a Ubatuba. A tentativa de construir uma ferrovia entre Taubaté e Ubatuba foi vista com muita esperança, sendo importados trilhos da Inglaterra, mas devido a suspensão da garantia de juros sobre o valor do material importado, o banco de Taubaté, que financiava a ferrovia, decretou falência, desencadeando a suspensão desta construção e conseqüentemente a decadência sócio-econômica do município.

Nos anos 40, a população diminuiu, chegando a apenas 2000 habitantes, sendo restrita aos caiçaras, que sobreviviam da pesca, agricultura e artesanato.

A estrada da Serra sumiu no meio da mata e o tráfego marítimo foi reduzido, isolando Ubatuba. Os habitantes se locomoviam a pé, ou através de mulas. Não havia estrada terrestre ao longo do litoral e toda a comunicação era feita por canoas.

Na década de 70, o município rompe seu isolamento, com a abertura da Rodovia BR 101, que liga a cidade do Rio de Janeiro a Ubatuba, pela costa

dos estados. A existência da estrada que ligava Caraguatatuba à Ubatuba, também pela orla marítima, somada à ligação da cidade com Taubaté, através da Rodovia Oswaldo Cruz, reativa o crescimento sócio econômico, impulsionado pelo desenvolvimento turístico e pela especulação imobiliária.

Desta data até a atualidade, a cidade tomou-se polo de atração de migrantes, sobretudo vindos do sul de Minas Gerais e dos estados do Nordeste, que passam a ocupar áreas periféricas à margem da Rodovia Rio-Santos, áreas de preservação ambiental da Serra do Mar e áreas periféricas da Rodovia Oswaldo Cruz, que liga o município com Taubaté.

A limitação das áreas de crescimento urbano, somadas às estratégias populares de ocupação de áreas de proteção ambiental, produziram um crescimento desordenado e descontínuo da cidade, que acompanha os eixos determinados pelas duas rodovias que cortam o município.

Ao contrário do modelo de crescimento urbano de Campos do Jordão, que se desenvolveu segundo ondas de ocupação que gravitam em torno dos centros historicamente planejados da cidade – o que resultou na configuração de três centros distinta e estratificadamente ocupados – o modelo de Ubatuba gerou um crescimento urbano fragmentado também por segmentos de ocupação, mas caracterizado pela delimitação da inclusão ou exclusão a áreas privilegiadas da orla marítima.

Dessa forma, os impactos produzidos pela implementação do turismo de massa nas duas cidades podem ser constatados segundo ordens diferentes de fenômenos.

Turismo e produção de ambientes de natureza degradada

Antes de ingressarmos na análise propriamente dita, porém, é necessário enfatizar que os fatores que levaram à configuração desses complexos turísticos já estavam em desenvolvimento, nas suas próprias histórias. A estratégia de apresentar e analisar cada município, de forma isolada, foi pensada para explicitar alguns desses

fatores, que estão atualmente em processo de análise. Dessa forma, o que apresentamos aqui é uma primeira abordagem elaborada sobre o tema.

As mudanças causadas pelo impacto ambiental e social possibilitam duas ordens de análise. Primeiramente, uma ordem de caráter histórico; em segundo, uma ordem de caráter ambiental. Para efeito desta análise, consideraremos ambas em suas imbricações.

A paisagem natural atrai a percepção das pessoas: o clima, as árvores, as flores, os rios, as cachoeiras, os animais, são elementos que saltam aos olhos dos seres humanos, seja pela especificidade de um lugar, seja pela combinação possível de estímulos que desencadeiam imagens diversas, compondo cenários românticos, idílicos, estéticos e de bem estar, entre outros.

Aplicando esta idéia a uma estância como Campos do Jordão, que explorou as áreas verdes e o clima para se tornar uma cidade turística, passando de uma economia agropecuária e artística, em meados do século XIX, para uma economia turística, assistimos a uma transformação de suas características naturais em atividades econômicas.

Segundo John Urry (1999), porém, a indústria turística vem superando essa concepção de turismo, construindo um mercado cada vez mais competitivo, e conseqüentemente gerando turistas mais exigentes, os quais denomina de "pós-turistas". Este processo afeta, sobretudo, o trabalhador da cidade turística, que se transforma em mercadoria, uma vez que passa a ter por função servir àquele que vem à cidade em busca de consumir a paisagem natural, a estrutura turística e os serviços de alto padrão. Neste sentido, não só os moradores, mas o espaço torna-se mercadoria e adquire um valor de troca, sendo legitimado pelas políticas de planejamento urbano local, as quais estão a serviço da nova lógica do modo de produção capitalista.

Nessas condições, ressalta Urry, a arquitetura "pós-moderna" assume três sentidos: a) o modernismo consumista; b) o pós modernismo nobre; e c) contra o moderno. Tanto o primeiro quanto o segundo sentido pós-moderno atribuído por ele, traz em seu bojo uma crítica à oligarquia do capital e à barbárie ambiental,

cultural e histórica. A exploração turística proporciona à cidade, em que se instala e desenvolve, a diluição da matriz de sua imagem e dinâmica social.

A versão nobre do modernismo remete o turista a uma arquitetura clássica, que satisfaz os anseios da população de alta renda, a *elite social*. "Estas edificações no estilo clássico tem que ver com 'um retorno estilista' e austero ao estilo e um culto ao único" (Urry, 1999:168). Uma cidade como Campos do Jordão estruturou sua imagem urbana, importando um estilo europeu de arquitetura, visando consumo e negligenciando a arte, a cultura e a história local, além de promover uma dinâmica de exclusão e estratificação social.

A cidade vive de um turismo que exclui o seu munícipe, abrindo o "Portal" (como é chamada a estrutura de entrada) para os europeus, norte-americanos, paulistanos, ou cariocas, não fazendo distinção de nacionalidades, mas sim de potencialidades de consumo. Este Portal se abre para os ricos, que chegam à "Suíça brasileira" de vitrines, beleza, riqueza e requinte, desfilando pela cidade com seus carros importados. Contrastando com as dificuldades de transporte enfrentadas pelos moradores, já que tais automóveis tomam conta da cidade, as linhas coletivas são escassas e não atendem as demandas existentes, além do alto custo da passagem. O trânsito se compromete e com ele o transporte e o acesso do morador ao centro turístico.

Segundo alguns moradores antigos, houve gestões de governo que proibiam, explicitamente, a presença dos moradores de baixa renda na área do Capivari, onde circulavam, e ainda circulam, os "pós-turistas". Hoje, esta proibição é materializada pela discrepância econômica que ocorre entre o comércio do centro turístico e o poder aquisitivo da população, que provê (com seu trabalho) a indústria que a exclui.

Sob a influência dos investimentos especulativos do setor imobiliário, a cidade foi dividida em pontos centrais e periféricos. Nos pontos centrais gira o fluxo de capital local e externo, uma vez que estas áreas comportam uma rede comercial (hotéis, restaurantes, shoppings, etc.), além de casas de classe média alta e

mansões. Nos pontos periféricos, os habitantes da cidade reproduzem um padrão de sobrevivência submetido à dinâmica do capital e que não reflete a arquitetura turística.

A cidade usufruiu do imaginário, das aspirações¹ e do "mapa social"² dos indivíduos, copiando a estética arquitetônica européia e delineando pontos estratégicos de consumo de massa. Esta estratégia configura uma segregação espacial escamoteada pela cristalização da imagem simbólica emergida neste processo.

Como a economia local move-se de acordo com a lógica do sistema capitalista, que atualmente sofre os efeitos da "acumulação flexível" (Harvey: 1996) e a hegemonia das políticas neoliberais (Anderson, apud Sader & Gentili, 1998), o turismo passa por transformações: opera-se um novo gerenciamento do capital, objetivando uma lógica em que os direitos sociais são condicionados a outras formas de consumo.

Em entrevista com os moradores da cidade foi possível coletar informações sobre o mecanismo social e turístico da mesma. Estes moradores, em sua maioria, são migrantes e chegaram a Campos do Jordão em busca de emprego e melhor qualidade de vida, tendo em vista a ascensão turística e suas exigências de consumo e trabalho. No que tange aos pontos periféricos, situados em torno das zonas centrais, estes abrigam um contingente de trabalhadores dos setores de serviço e um exército de desempregados alistados pela política neoliberal.

¹ A gênese das aspirações relaciona-se com um sistema econômico e uma cultura específica de uma sociedade. Depende de uma evolução histórica marcada pelas transformações técnicas e econômicas. Está, igualmente, ligada a imagens e representações do homem, das estruturas sociais, da cultura e das próprias transformações... Na atividade de consumir das sociedades industriais, quaisquer que elas sejam, onde a informação, a publicidade e a propaganda desempenham um papel cada vez mais importante, as aspirações não são nunca satisfeitas porque novas aspirações são suscitadas antes que atinja o nível de aspirações anterior (Chombart de Lauze, apud Velho, 1982:89).

² "O mapa da cidade, no caso, passa a ser um mapa social onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram" (Velho, 1982:80).

A grande quantidade de turistas que freqüentavam a cidade consumia os produtos que os nativos artesãos produziam, como também utilizavam os hotéis e pousadas da cidade, além de investir em imóveis para passar as temporadas e finais de semana nas montanhas. Muitas empresas de cigarros, automobilísticas, grifes estrangeiras e nacionais, imobiliárias, entre outras, encontraram um campo fértil para as negociações e empreendimentos na "Suíça brasileira", freqüentada por turistas de diversas nacionalidades e culturas.

Esse procedimento garantia empregos para muitos nativos e atraiu pessoas vindas do estado de Minas Gerais e das regiões Nordeste e Norte do país, além dos moradores da redondeza (Vale do Paraíba e Sul de Minas Gerais) que se beneficiavam desta situação. Estas encontravam empregos de pedreiro, camareiro, zelador, caseiro, cozinheiro, entre outras atividades exigidas neste movimento turístico.

Pode-se afirmar que Campos do Jordão é a "Suíça brasileira", quando se compara a fachada das estruturas urbanas da cidade, o clima e o índice do giro de capital no centro turístico Capivari. O mesmo não ocorre em relação às políticas públicas locais, pois "a Suíça, país de pequena dimensão territorial (41.293 km²) e pequena população (6.800.000 hab.), tem uma forma de Estado muito descentralizada, respeitando a língua, os hábitos, os costumes dos seus habitantes que vivem harmoniosamente em um todo" (Andrade, apud Santos, 1998:215).

Em Ubatuba, o processo de exploração econômica do turismo teve seu início na década de 70, com a abertura da Rodovia BR101, que liga Santos ao Rio de Janeiro, facilitando desta forma o acesso de turistas ao local. A partir deste momento, o município começa a enxergar no turismo uma nova alternativa para o fortalecimento e o aquecimento econômico, que era basicamente de subsistência (pesca, agricultura e artesanato).

As paisagens naturais, o grande número e a beleza das praias, o clima quente, a existência de matas e a facilidade de acesso, tornam-se atrativos para os turistas que passam a freqüentar mais a cidade.

principalmente nos meses da temporada de verão, que no Brasil ocorre entre dezembro e fevereiro.

Este cenário também atraiu o mercado imobiliário, que começou a construir estratégias de obtenção de altas taxas de lucratividade na compra de áreas dos caçaras a preço baixo e, posteriormente, na venda desses mesmos terrenos a turistas, a preços bem mais elevados. Um dos fatores que ajudaram a dinâmica da especulação imobiliária no município foi a precariedade dos documentos de titulação dos terrenos, que eram em sua maioria compromissos de compra e venda, ou seja, títulos de posse, abrindo brechas para a ação de "grileiros"³ e a falsificação de documentos. Muitos foram os caçaras que perderam suas terras desta forma.

Depois da perda ou venda de suas terras, muitos caçaras passaram a ocupar áreas mais distantes da orla marítima, em morros, periferias ou mesmo em favelas.

Com a especulação, surge uma série de novos investimentos, construção de prédios, condomínios e casas para turistas, visando atender a demanda do mercado imobiliário. A construção civil torna-se um dos principais campos de trabalho do município, principalmente nos anos 80, atraindo um grande número de migrantes para a cidade.

Os migrantes são em sua maioria oriundos de Minas Gerais, Bahia e outros estados do Nordeste. Vindos de locais distantes e sem recursos, não possuíam moradia e trabalho, ou quando havia trabalho, este era realizado em condições desumanas e de superexploração, com salários insuficientes para o sustento das famílias. Outros vieram de cidades do próprio estado de São Paulo, com maior desenvolvimento econômico e com melhores condições de infra-estrutura, porém encontravam-se excluídos dos bens de consumo, dos serviços públicos e do trabalho.

A oportunidade de trabalho em uma cidade litorânea foi considerada por muitos como um sonho

concretizado. Entretanto, após algum tempo de moradia na cidade esses migrantes começaram a enfrentar problemas estruturais, como o desemprego, a falta de moradia e as dificuldades de subsistência e adaptação ao cotidiano da nova cidade.

Contudo, o desemprego, a luta por moradia e a pobreza não são problemáticas locais, pelo contrário, são duras conseqüências de um sistema econômico desigual, que divide a sociedade em classes, tendo por princípio básico a exploração do homem pelo homem, como meio de obtenção de lucro.

Atualmente, este quadro é agravado pela imposição da proposta neoliberal, que visa a implantação de uma série de mudanças, priorizando a economia especulativa internacional, o fim das fronteiras, a privatização das empresas estatais, o sucateamento dos serviços públicos, a redução do papel do Estado, a flexibilização de direitos sociais e trabalhistas, a terceirização de políticas públicas e do trabalho, comprometendo desta maneira a soberania dos Estados-Nação.

Nesse contexto, a desigualdade social se apresenta cada vez maior e mais assustadora, e em Ubatuba não é diferente. As imagens dos turistas em suas mansões de temporada, em seus carros importados, nos passeios de lanchas e escunas, nos diversos restaurantes, contrastam-se com as imagens dos guardadores de carros, na sua maioria crianças, e com a dos moradores das áreas de favelização, dos bolsões de pobreza, com a precariedade e com o perigo, muitas vezes eminente, das casas construídas nas encostas de morros ou em beiras de rios.

A riqueza choca-se com a pobreza e cresce o número de indivíduos que sobrevivem catando latinhas, guardando carros ou trabalhando como ambulantes. O número de indivíduos excluídos do mercado de trabalho formal torna-se maior, não só pelas transformações que o mundo do trabalho está sofrendo, mas também pela especificidade do município, que sobrevive de uma economia sazonal: na temporada de verão o fluxo monetário é intenso e no restante do ano a maioria da população passa por dificuldades financeiras, empobrecendo dia a dia.

³ "Grileiro" é o nome que se dá, na região, ao sujeito que se apropria ilegalmente de áreas em desuso e que tenham sua propriedade indefinida, para vender, posteriormente, a compradores ingênuos.

Essa sazonalidade econômica é decorrente da instauração de um tipo de turismo subdesenvolvido, que não consegue implementar uma indústria turística capaz de atrair pessoas durante um período maior do ano e nem criar meios que viabilizem o acesso ao trabalho e a inclusão social. O campo de trabalho é restrito, sendo que a maioria dos empregos formais é oferecida pelo comércio e pela administração pública. A maior parte dos indivíduos que tem acesso ao trabalho se encontra ligada ao mercado informal, trabalhando na construção civil, no setor terciário ou em subempregos.

Este processo de empobrecimento faz com que muitos indivíduos busquem, na ocupação de áreas públicas e de preservação ambiental, meios de solucionar a problemática habitacional. Desta forma, burlam os mecanismos de vigilância e de fiscalização pública e ambiental e constroem barracos ou casas precárias em encostas de morros, favelas, mangues e beiradas de rios, descaracterizando e degradando áreas de preservação ambiental.

A maioria das áreas de ocupação tem como características a precariedade da estrutura de moradia, a falta de um padrão único de divisão dos lotes e a inexistência de infra-estrutura. Estas moradias são construídas em lugares que não possuem condições mínimas de habitabilidade, sem espaços para a organização urbana e nem meios para propiciar condições dignas de vida ao indivíduo em sociedade, através da implantação de recursos e serviços públicos como: construção de escolas e postos de saúde, tratamento de esgoto, abertura e pavimentação de ruas, iluminação pública, entre outros.

Todavia, a descaracterização e a degradação das áreas de preservação ambiental não são só cometidas por pobres em busca de moradia, como também pelo mercado imobiliário, que corta morros para poder construir condomínios, pelas marinas que degradam e poluem o mar, pela poluição visual causada pelas empresas, através de propagandas e out-doors. Essas agressões muitas vezes não são penalizadas pelos poderes públicos, sendo por diversas vezes até mesmo incentivadas com criação de leis que as autorizam e por conchavos e manobras políticas que as efetivam.

Nesse contexto, Ubatuba passa por um momento difícil: as mudanças no mundo do trabalho, as especificidades locais e a ausência de planejamento turístico e urbano que vise o desenvolvimento da cidade, priorizando a qualidade de vida, a preservação ambiental e a criação de novas alternativas de trabalho. Estes fatores geram uma apatia e uma falta de perspectiva nos municípios, tornando cada vez mais necessário a elaboração e implementação de um planejamento que busque o enfrentamento de toda esta conjuntura.

Análise dos depoimentos

O turismo, como atividade econômica, está condicionado pelos mecanismos sociais, culturais e econômicos do sistema capitalista, que inerentemente é contraditório e promotor de desigualdades nas suas diversas dimensões.

Assim, a organização da "indústria turística" se inscreve no movimento de transformações contínuas que tal modo de produção opera, visando inovações da "mercadoria" e os ajustes necessários num mercado que gera lucro.

Dessa forma, pensar as atividades turísticas das cidades de Campos do Jordão e Ubatuba é também pensar no processo histórico de transformações pretéritas ou futuras que estas cidades sofreram e sofrerão, e também nas artimanhas impostas pela própria ordem econômica mundial, na qual se formam os segmentos empresariais do turismo.

Aqui, optamos por apresentar uma perspectiva desse processo que considere as representações produzidas e reproduzidas no conjunto da população das cidades. Para tanto, no processo de investigação, coletamos depoimentos de alguns sujeitos residentes em áreas de concentração de pobreza.

O processo de elaboração da análise dos depoimentos coletados nas duas cidades consistiu primeiramente no levantamento de categorias representativas e condensadoras do depoimento dos sujeitos.

Identificamos quatro categorias de análise, como seguem: área de risco, migração, turismo e

planejamento urbano. Cada categoria é constituída por uma diversidade de indicadores indissociáveis, imbuídos de significados e valores, por estarem entrelaçados e serem geradores, entre si, de outros problemas ainda não analisados.

Na categoria *área de risco*, os seguintes indicadores foram elencados: a) moradia – edificação inserindo o sujeito na cidade, dando-lhe a condição de morador – seja a casa de madeira, alvenaria ou outros materiais; b) ocupação – estratégia de se apossar do espaço; c) emoção – sentimentos oriundos da vivência cotidiana; d) perigo – risco iminente da fatalidade, próprio desta área; e) pobreza – condição de carência sócio-econômico-cultural.

Na categoria *migração* os indicadores adotados são: a) motivos da migração – trabalho ou saúde. Na categoria *turismo*: a) imagem da cidade – abrange as dimensões simbólicas do morador, turista e migrante; b) processo de industrialização turística – desenvolvimento das atividades econômicas associadas ao modo de produção. E na categoria *planejamento urbano* encontram-se os indicadores: a) transporte; b) vontade política; c) abrigo; e d) desemprego.

Historicamente, a ocupação e o desenvolvimento urbano destas cidades se deram de formas similares, enquanto necessidade de acentuar o turismo como modo de produção de uma atividade econômica, porém foram diferenciadas quanto às formas de exploração sócio-econômica: Ubatuba, pela exploração do turismo balneário marítimo; Campos do Jordão, pelo turismo climático-ambiental que reproduz a imagética urbana européia.

A necessidade de expansão das cidades produziu uma *"urbanização extensiva"*, entendida como uma transformação de vazios urbanos e áreas rurais em complemento das cidades urbanas industriais ou uma extensão dos centros urbanos e suas estruturas físicas e ideológicas. Tal expansão está diretamente relacionada com o alargamento populacional e o desenvolvimento tecnológico industrial. Em busca de melhores condições de vida, muitas famílias migraram para esta região, tendo em vista o fato das cidades reproduzirem publicamente uma imagem de áreas

promissoras. Estas transformações urbanas impuseram aos órgãos públicos e aos municípios a necessidade de repensar suas estratégias de planejamento urbano, sobretudo no que se refere à alocação dos moradores no território da cidade.

Nesta lógica, há a necessidade dos órgãos públicos equacionarem o espaço urbano, assim como gerenciá-lo, considerando a necessidade da população por moradia. Esta, que se explicita como a posse, o uso ou a compra de terrenos ou edificações, está condicionada pelo poder econômico, o que se torna evidente em algumas falas dos moradores, quando afirmam:

"... essa culpa a gente não pode assumir porque é a opção única, ou mora ali, ou... (Val, Campos do Jordão).

E ainda:

"... tem pessoas que correm risco lá, mas não tem lugar para construir... (Cla, Campos do Jordão).

Para estes moradores, as opções de possuírem uma moradia digna são vedadas, restando somente a opção que é a exposição das suas vidas a uma situação de fatalidade. Se não restam outras opções de construção, são assolados seus direitos sociais. Os mecanismos ideológicos que escamoteiam a realidade vivida por estas pessoas são os mesmos que através de uma política hegemônica neoliberal desmantelam os direitos sociais, conquistados no processo histórico.

Assim, a ocupação das áreas de preservação passa a ser assumida pelos moradores como legítima (o que lhes resta) e reforçada pelo órgão público local, como se percebe na fala desta moradora:

"... se eles tivessem avisado que era muito perigoso, eles não teriam ligado nem água e nem luz, pra gente mudar... os caras vão lá, lala que não é para construir... mas quando voltam já estão prontos, aí eles não vão mais..." (Cla, Campos do Jordão).

A legitimidade da invasão está inscrita como estratégia de sobrevivência da população carente, em relação à moradia, mesmo que ponha em risco suas vidas.

Desta forma, a precarização da vida cotidiana destes moradores não se limita ao modelo da edificação habitacional, nem ao material utilizado, mas abarca ainda as áreas topográficas inadequadas, nas quais se instalam em condições de degradação social e ambiental, como ressalta uma moradora de Campos do Jordão, quando afirma que:

"... no lugar onde fizeram as casas, as casas caíram, a terra fica solta, não são terras firmes e por isso elas caem... caindo casa desse jeito, dá até medo na gente... é meio perigoso morar aqui (Sebastiana).

O perigo sempre iminente do desabamento ou do alagamento e o sofrimento causado pelas perdas e angústias constantes são explicitados nas falas dos entrevistados como momentos de muita tensão. Isto se torna evidente na fala do morador R., de Ubatuba:

"...enchente é coisa horrível eu não gosto de ter na memória, na lembrança...o pessoal perdendo tudo, seus móveis, enfim, o pessoal ficou chorando, porque queria larga a sua casa mas não pode, tem dó de deixa seu pedacinho de chão...."

O medo contido na fala da primeira da moradora denota uma ambigüidade própria das condições reproduzidas nesses contextos: de um lado, um sentimento individualizado e explicitado por uma situação caótica e, de outro, as seqüelas de uma organização social e política, pautada numa ética minimalista da sociedade contemporânea, a qual se torna condição para uma disseminação da miséria e rompe o nexo entre o sentir, o pensar e o agir (Sawaia, 1995:50-51). Tal ambigüidade, não somente discursiva, como também vivida, contribui para uma prática cínica, própria de indivíduos alienados da função do governo local em promover melhores condições de vida.

Os moradores desconhecem tanto as funções, os deveres públicos, como também os direitos que possuem enquanto cidadãos. Desta forma, não criam estratégias de superação e nem de enfrentamento das ações e condições que os mantêm subalternizados, e o poder público utiliza formas emergenciais e clientelistas de intervenção, sem priorizar ações efetivas que rompam com essas problemáticas, conforme nos sugere o morador A. T., de Ubatuba:

"... a enchente de 87 foi a pior que teve, quase entrou água dentro de casa... bastante povo foi prejudicado, foram pra Prefeitura, pro Tubão. Eu só fui uma vez quando tava no barraco, e eles vieram e fizeram sair. O meu povo foi e eu fiquei, nós queria voltar pro barraco e eles não queriam deixar, queriam botar pra outro canto... mas o prefeito deixou nós voltar, porque não tinha outro lugar pra pôr nós".

Ao mesmo tempo, as realidades legitimadas, apontadas acima, denunciam uma estratégia oculta e complacente dos órgãos públicos, que visa naturalizar as ocupações em áreas ambientais, a precariedade habitacional, a pobreza e o sofrimento psicossocial como opções de sobrevivência de uma camada social.

No entanto, é questionável se existe um planejamento urbano concreto nestas cidades, porque ora solidificado em ações emergenciais e paliativas, apontadas pelo morador acima quando diz que eles avisam do perigo das construções naquela área, e ora os moradores dissolvem a objetivação deste "suposto" planejamento, quando diz:

"... escola não tinha, não tinha creche, água e luz. Tinha era o problema de esgoto..." (Val, Campos do Jordão).

A contradição da efetivação ou ineficácia do planejamento urbano instaurada nas falas dos moradores dimensiona a confusão da realidade em que vivem, quando aspectos mínimos infra estruturais da localidade, em que vivem, são percebidos como preocupação e planejamento público, na ótica dos moradores e

medidas emergenciais na ótica do poder público, ou seja, a naturalização das questões do cotidiano obstaculiza a superação da contradição.

Na fala deste morador,

"o interesse da gente não é ficar recebendo as coisas e sim a gente ter condições... a poeira assenta, eles esquecem e a vida continua, do apoio que continuamos precisando..." (Val, Campos do Jordão)

Os dados a priori apontam para a falsa preocupação da cidade com as áreas de preservação e de como estas são utilizadas em prol do turismo local, além da falsa preocupação do órgão público com a demanda social habitacional, que não garante uma condição mínima de moradia e, perversamente, nem a permanência das assistências simplórias a esta população.

Ulteriormente, a *"poeira assenta e eles esquecem"* demonstra a magnitude da esfera vontade política que se revela como interesse particular daqueles que a exercem e não como respostas às demandas sociais, ou seja, qualquer ação prática em prol dos moradores das áreas de ocupação está vinculada a interesse privado escuso e ao ano de eleição:

"... esse ano agora é época de eleição... aí eles falam que vão fazer muro e não fazem nada..." (Dep. 8, Campos do Jordão)
ou

"Em Campos do Jordão aquele Britador lá ó! Arrebatava pedra antes, muito ganancioso, aí é aquele negócio chega época de eleição, eu vou dar pra você casa, e depois tirava as pessoas de lá e ficava arrebatando as pedras com dinamite, aí o chão foi soltando quando chove virá aquele barrão. Foi onde foi mais atingido o Britador, o Barro Preto e Santo Antonio..." (Val).

Parece que as demandas sociais públicas e suas efetivações atenuam-se nos anos políticos, na ótica do poder público, e a população sabendo deste mecanismo aguarda-o para resolução de seus

problemas sociais, denunciando a ineficácia deste órgão e, ao mesmo tempo, complementando-o. Pois o cidadão presencia a degradação do solo, decorrente da extração de pedras do local, não questiona a qualidade deste, quanto ao alicerce para sua moradia e se submete à precariedade que lhe resta na cidade, que lhe promete (fidelicamente) ser benéfica a partir de uma economia sustentada pelo turismo, relatada também nestas falas:

"... o turismo é bom, mas agora afastam um pouco por causa desses negócios. Nós trabalha na construção, nós depende dos turistas, depende. Se eles aparecem a gente tem serviço, nós vive de bico... a cidade é uma cidade turística, é muito bonita. A gente de Campos é incomparável não só na região mas em todo o resto... devia ter mais interesse político para que ela se torne a numero um..." (Val).

A imagem da cidade, construída em um período histórico de apogeu econômico turístico, torna-se ufanista quando se afirma que ela é "incomparável e se torne a n.º um". A edificação da imagem difundida passa a ser reproduzida e cristalizada no imaginário coletivo, configurando uma imagem turística já obsoleta que mascara a realidade da população. Produzindo o imaginário da *cidade da imagem* – culto ao único, entendido como uma padronização colonialista da arquitetura urbana e do modelo turístico, gerenciada pela organização pública e setores sociais da cidade, que estende desde as vias de tráfego e o fluxo urbano, a localização das áreas pauperizadas em função do centro turístico, assim como a idolatria da arquitetura clássica.

O trecho "nós vive de bico" aponta para uma renda instável a uma mão de obra desqualificada e a particularização⁴ da vida cotidiana desses sujeitos, levando à alienação e a comodidade, as quais passam

⁴ Heller (apud Neves & Santos, 1999) "...como particularidade... as necessidades do indivíduo são únicas e exclusivas dele, pois não consegue perceber que está inserido numa mesma classe social, que se difere de outras classes sociais, e que nesta inserção ele não está sozinho. Com isso

ao estado de conformismo⁵, quando esses sujeitos não superam as contradições trabalho/turismo/degradação sócio ambiental explícitas também nestas falas:

"... cidade sem esperança..." (José).

"... é bom para os visitantes, prá eles é bom, mais prá quem vive aqui não... tem muita coisa prá mudar, mas pelo jeito lá muito difícil..." (Val).

"... na área da construção civil, só que as mãos de Obras da construção civil vem tudo de fora, é onde agrava mais o problema de quem está dentro..."

O sentir, o pensar e o agir estão desarticulados e desvinculados do enfrentamento de tais situações, configurando um caráter natural da pobreza política. Portanto a naturalização e o conformismo, são seqüelas das produções ideológicas que estão(são) impingidas na consciência de toda a população, mesmo daqueles representantes do poder público. Assim a imagem da cidade turística torna-se velada impossibilitando que o processo da industrialização turística tenha uma autonomia local e promova uma equidade social.

Seguindo uma lógica em que o turismo é uma atividade em potencial para a manutenção econômica da cidade, como ele pode servir para desencadear a degradação ambiental?

Anotações conclusivas

O turismo não é garantia de melhoria, nem pode ser justificativa para a degradação ambiental, tendo em vista

ele faz história e não sabe que a faz. Na individualidade ele faz história e sabe disso, sabe que é alienado e se apropria da alienação..."

⁵ "...comenta que o pensamento estereotipado que assimilamos do meio assim como as normas, valores oriundos da cultura em uma sociedade, nos orientam no mundo. Só que a assimilação dos mesmos, nos leva a uma conformidade necessária a todos os indivíduos mas, em "pequena dose" porque esta conformidade, se exagerada, passa a ser conformismo - perda da capacidade de decidir, desenvolvendo um estado de 'mínimo esforço' em entender os conflitos sociais e abandonar juízos falsos, preestabelecidos e cristalizados..." (Idem).

que este está atrelado a uma política social mais ampla, envolvendo outras categorias, encontradas a partir dos depoimentos e que estão entrelaçadas na evidência desta contradição. E também não é possível equacionar estas categorias linearmente, afirmando que uma é causa, ou efeito da outra.

Desta forma é preciso avaliar as contradições no tecido deste quadro social, atrelado a uma política neoliberal, e o quanto estas contribuem para a ineficácia do poder público local, assim como para um engajamento alienado (ou não engajamento) da população, que com a mínima noção de seu papel político, atua de maneira não organizada.

A auto-imagem está atrelada à imagem da cidade, quando os sentimentos depreciativos, que emergem da imagem que fazem de si mesmos - em comparação ao padrão social do capital - aprisionam ainda mais aquele indivíduo, o qual não tem um lugar *apropriado* (objetiva e subjetivamente) para se relacionar com os pares e/ou os considerados superiores, detentores do poder de transformar seu cotidiano, promotores de qualidade de vida (os turistas, os representantes do governo local, estadual ou federal).

Tais sentimentos fragilizam as relações comunitárias a tal ponto que os cegam da similaridade na vivência trágica em que se encontram, visto que perceber a "desgraça" alheia é perceber a própria, e como tal percepção vem carregada de emoções "negativas", detona formas de lidar com tais afecções, como o alcoolismo, a agressão (física e/ou verbal) entre os "iguais", além do conformismo e a impotência de superação das relações hierarquizadas.

Esta reflexão possibilita pensar num movimento que reproduz uma ideologia hegemônica, a qual reduz o cidadão a "servo" de um "senhor" soberano, detentor de um saber superior, de um poder exterior ao seu, potente para solucionar as mazelas cotidianas. Esta soberania, atribuída ao poder público e à dinâmica do turismo, se consolida cada vez mais, na medida em que a política social é pensada como uma forma de garantir tal servidão, trabalhada a partir do medo da exclusão e da esperança da inclusão social.

Em se tratando da construção imagética da cidade

turística, o indivíduo constrói uma imagem de si, para si e para o turista. Este processo, por um lado protege o cidadão e por outro o faz cúmplice de sua *própria destruição*. Protege, pois direciona o olhar do turista e sua trajetória de viagem, controlando o marketing da região e centralizando o foco de consumo, ou seja, mostra o que lhe convém. E se faz cúmplice por "vender" seu território, se tornando agente de um sistema, ao mesmo tempo, alienante e alienador, já que expõe seu espaço a ações consumistas, não pertinentes ao entorno com o qual estão se relacionando.

Pensar a apropriação sócio-espacial do município em prol de uma ação comunitária efetiva, considerando seu foco de imagem, é atrelá-la ao poder público ou a entidades externas a si e considerar tal postura significa supor uma "servidão voluntária" (La Boétie, apud Sawaia, 1995), também denominada "sofrimento psicossocial" (Sawaia, 1995). Servidão esta intrínseca à construção imagética da cidade, que dicotomiza a dinâmica social, reificando a reverência à tradição hegemônica em detrimento da história da região, expressa na estrutura urbana e arquitetura das edificações das cidades. O culto ao único não é somente um movimento reprodutivo por "copiar" um estilo arquitetônico clássico - no caso de Campos do Jordão - mas por confirmar a tirania de uma sociedade, pautada num salvacionismo conformista.

A população atribui ao turismo o poder de "salvá-los" da condição depauperada. Contudo a hostilidade dos jordanenses e migrantes que ali residem e sobrevivem, é sufocada pelo poder aquisitivo dos turistas, que sem consciência da invasão, colonizam uma terra já povoada e violentam relações e ambientes. Este fenômeno é historicamente legitimado pela política local, tendo suas raízes no processo de constituição dos interesses que mantêm a lógica de desenvolvimento da cidade. O que os turistas não percebem é que também são colonizados por uma ação instrumentalizada, de uma cultura importada, que privilegia o objeto e não o sujeito, subjugando tanto o turista, quanto o morador, que resultam como peças de um jogo regido pelo sistema do Capital.

Neste contexto, a cidade está sofrendo os efeitos da crise global do capitalismo, na medida em que o turismo fomentador do desenvolvimento econômico

na cidade, e gerador de empregos após a década de 50, não consegue mais respaldar-se economicamente, com a mesma magnitude. Evidencia-se então, a necessidade de um processo de restauração e reelaboração da sua imagem, por estarem evidentes as desigualdades sociais geradas historicamente: a pobreza cultural e econômica, a favelização e precarização das moradias, além das ocupações em áreas de reservas naturais e de risco⁶.

Então, para que o turismo venha desempenhar um papel transformador da realidade local, que o utiliza para o seu desenvolvimento econômico, seria necessário que fosse compreendido, não reducionista como fonte de renda, mas como fator importante no processo de preservação sócio-ambiental, frente às demandas sócio-econômicas que se colocam hoje aos municípios que expressam essa vocação.

⁶ No final do ano de 1999 e início de 2000, em Campos do Jordão, ocorreu um desabamento que desabrigou inúmeras famílias, as quais residiam em áreas verdes e impróprias para a construção civil. As famílias afetadas foram deslocadas para alojamentos em escolas, patrimônios municipais (como antigos sanatórios) e igrejas, onde receberam ajuda de instituições, que reuniram roupas e alimentos em toda extensão do país. Atualmente, estas famílias esperam por casas que estão sendo construídas pelo governo municipal.

Bibliografia

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000 (ISBN 85.326.2384-0).
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999 (ISBN 85.85445.79-3).
- CARMAN, Maria. "Juegos de reconocimiento e invención de identidades: ser o no ser... ilegal", In. *Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología* (www.naya.org.ar). Ciberespacio, enero de 2000.
- COMTUR. *Ubatuba histórica do Brasil*. Ubatuba, São Paulo: Companhia Municipal de Turismo, 1995.
- FABRIS, Annateresa. *Fragmentos urbanos. Representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000 (ISBN 85.85445.88-2).
- FRANÇA, Francine Maia. *O Surgimento do Processo de Favelização e seus Efeitos no Município Ubatuba: ausência de uma política urbana x intervenção do serviço social*. Taubaté, SP: Departamento de Serviço Social, UNITAU, 1997.
- GENTILI e SADER, Pablo e Emir. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (ISBN).
- HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992 (ISBN).
- HURTADO, Rocío Rueda. *Mecanismos Del crecimiento urbano em el Valle de Cuernavaca*. Cuernavaca (México): Editorial Praxis/Instituto Estatal de Documentación de Morelos, 1999 (ISBN 970.682.004-3).
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (ISBN).
- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed 34, 2000 (ISBN).
- LIMA, Rogério e FERNANDES, Ronaldo Costa (orgs.) *O imaginário da cidade*. Brasília: UNB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000 (ISBN 85.230.0550-1).
- LOPES, José Rogério (coord.). *Imagens da pobreza no litoral norte do estado de São Paulo*. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP. Taubaté, SP: NIPPC-Unitau, 2001.
- OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. *A quem interessa a urbanização clandestina? Estudos Sobre Campos do Jordão*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Escola de Engenharia da USP. São Carlos, SP, 1991.
- PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE UBATUBA, Ubatuba-SP, 1993.
- RAMOS, Maria Helena Rauta. "Poder local e acumulação capitalista na era da globalização", In. *Praia Vermelha*, Vol. 1, no.1. Rio de Janeiro: UFRJ, PRSESS, 1997 (ISSN).
- SAWAIA, Bader Burihan. "Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos", In. Sawala, Bader Burihan e Lane, Silvia T. Maurer (orgs.) *Novas veredas da Psicologia Social*. SP: Educ/Brasiliense, 1995 (ISBN 85.283.0071-4).
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel /SESC, 1996 (ISBN 85.85445.53-X).
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982 (ISBN).
- YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar. Turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2000 (ISBN 85.7244.163-8).